Medida Provisória n° 1366, de 2026

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe; a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - FIIS; a Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Sistema Financeiro Nacional

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na forma de Projeto de Lei

Destino: À sanção

Último local: 16/09/2026 - Secretaria de Expediente

Último estado: 14/09/2026 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

17/06/2026

Designação de Comissão de MPV

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(CN-CMMPV 1366/2026) Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Relatoria:

CMMPV 1366/2026 - (Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de

Relator(es):

Deputada Federal Amanda Gentil (encerrado em 28/08/2026 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

16/09/2026 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 203, de 2026, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando, para os devidos fins, que a Presidência da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem n° 750, de 2026, na origem, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão n° 10, de 2026 oriundo da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, sancionado e transformado na Lei nº 15.503, de 14 de setembro de 2026.

À COARQ.

16/09/2026 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação a Mensagem da Presidência da República nº 750, de 2026, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2026 (Medida Provisória nº 1.366, de 12 de junho de 2026), sancionado e convertido na Lei nº 15.503, de 14 de setembro de 2026.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

TRAMITAÇÃO

15/09/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: A matéria aguarda apresentação de projeto de decreto legislativo pela Comissão Mista ou pelo relator pelo prazo de 15 dias e, a partir do 16º dia, por qualquer Deputado ou Senador, nos termos do art. 11, § 1º, da Res. 1/2002-CN, devendo o decreto legislativo ser editado, nos termos do art. 62, § 11, da Constituição Federal e do art. 11, § 2º, da Res. 1/2002-CN, até 12/11/2026.

14/09/2026 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 15503 DE 2026.
DOUE (Diário Oficial da União - Edição Extra) - 14/09/2026 - Seção I - págs. 1 e 2.
Sancionada em 14/09/2026.

08/09/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Mantém-se integralmente em vigor o texto original da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, até que seja sancionado ou vetado o Projeto de Lei de Conversão nº 10 de 2026, nos termos do § 12 do art. 62 da Constituição Federal.

08/09/2026 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 185, 2026, ao Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

04/09/2026 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Recebido pela Casa Civil, em 04/09/2026 às 19:17:29, Ofício CN nº 186, de 2026, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pelo qual se encaminhou a Mensagem CN nº 58, de 2026, ao Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafo do Projeto. Recebido no destino em 04/09/2026 às 19:17:29.

03/09/2026 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

01/09/2026 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADO O PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Ação: (Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 01/09/2026)
Encaminhado à publicação o Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2026 (PLV nº 10/2026).
O Senador Giordano, Relator Revisor, apresenta adequação redacional.
Discussão encerrada.
Aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária; pertinência temática da matéria e, no mérito, aprovado o PLV nº 10/2026, com a adequação redacional, ficando prejudicadas a medida provisória e as demais emendas apresentadas.
Encaminhado à publicação o Parecer n° 181, de 2026 – PLEN/SF, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final.
Encerrada a discussão.
Aprovada a redação final.
A matéria vai à sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 344-355 - DSF nº 144

01/09/2026 PLEN - Plenário do Senado Federal

TRAMITAÇÃO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

Publicado no DSF Páginas 101-130 - DSF nº 144

01/09/2026 PLEN - Plenário

Ação: Aprovada no Senado Federal

01/09/2026 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Autógrafo.
Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 207/2026/SGM-P.

31/08/2026 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação da RDF n. 1 PLEN (Redação Final), pela Deputada Amanda Gentil (PP/MA).

31/08/2026 PLEN - Plenário

Ação: Leitura do recebimento do Ofício n° 180/2026, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória n° 1.366/2026 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 31/08/2026 – 18h - 156ª Sessão).
Discussão em turno único.
Discutiram a Matéria: Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ), Dep. Bohn Gass (PT-RS) e Dep. Enfermeira Rejane (PCdoB-RJ).
Encerrada a discussão.
Votação preliminar em turno único.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Votação, quanto ao mérito, em turno único.
Aprovada a Medida Provisória nº 1.366, de 2026, na forma do Projeto de Lei de Conversão.
Votação da Redação Final.
Aprovada a Redação Final, assinada pela relatora, Dep. Amanda Gentil (PP/MA).
A matéria vai ao Senado Federal (MPV 1.366-A/2026) (PLV 10/2026).

31/08/2026 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 01/09/2026.

28/08/2026 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido Ofício nº 180/2026-CN que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, a Medida Provisória nº 1.366, de 12 de junho de 2026, que "Altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Pronampe; a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social – FIIS; a Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações".À Medida foram oferecidas 14 (quatorze) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2026 (CMMPV nº 1.366, de 2026), que conclui pelo PLV nº 10,

TRAMITAÇÃO

de 2026.
Recebida a MSC n. 521/2026 (Mensagem), pelo Poder Executivo, que "Nos termos do art. 62 da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória n° 1.366, de 12 de junho de 2026, que 'Altera a Lei n° 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei n° 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe; a Lei n° 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - RIS; a Medida Provisória n° 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei n° 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.'".
Recebido o PARECER n. 1/2026 (Parecer de Comissão), da Comissão Mista da MPV 1366/2026.
Recebido o PLV n. 10/2026 (Projeto de Lei de Conversão), pela Comissão Mista da MPV 1366/2026, que "Destina recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte escolar, profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social ou econômica; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Pronampe, a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito - PEAC, e a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social – FIIS".

28/08/2026 CN - CONGRESSO NACIONAL

Ação: Aprovado o parecer na Comissão Mista

28/08/2026 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 180, de 2026, encaminhando a Medida Provisória nº 1.366, de 2026, ao Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32. À Medida foram oferecidas 14 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2026 (CMMPV nº 1.366, de 2026), que conclui pelo PLV nº 10, de 2026.
À CD.

28/08/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Será feita a publicação, no Diário do Congresso Nacional de 3/9/2026, do Parecer nº 1, de 2026, da Comissão Mista destinada a apreciar a presente Medida Provisória, que concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 10/2026.
À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados.

28/08/2026 CMMPV 1366/2026 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Encerrada a relatoria da Deputada Amanda Gentil por deliberação da matéria.

28/08/2026 CMMPV 1366/2026 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação: Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista.
Aprovado o Relatório da Deputada Amanda Gentil, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo

TRAMITAÇÃO

atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.366, de 2026; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva da Emenda nº 1, a qual considera-se inconstitucional; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista: pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14; e pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 2, 4 e 11; no mérito: pela aprovação da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e das Emendas nºs 3, 5, 8, 9, 13 e 14, acolhidas parcialmente ou integralmente, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 6, 7, 10, 11 e 12.
Aprovada a ata da 2ª Reunião.

Publicado no DCN Páginas 93-147 - DCN nº 33

28/08/2026 CMMPV 1366/2026 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação: Recebido novo relatório da Deputada Federal Amanda Gentil.

28/08/2026 CMMPV 1366/2026 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação: Recebido o relatório da Deputada Federal Amanda Gentil.

27/08/2026 CMMPV 1366/2026 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação: Convocada Reunião da Comissão Mista para o dia 28 de agosto de 2026.

17/08/2026 CMMPV 1366/2026 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação: Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista.
A Comissão é instalada, sendo eleita a Senadora Leila Barros para Presidente e designada a Deputada Amanda Gentil como Relatora.
Aprovada a ata da 1ª Reunião.
Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional o Ofício nº 001/MPV1366-2026, comunicando o resultado da 1ª Reunião.

Publicado no DCN Páginas 75-79 Suplemento (nº ÚNICO) - DCN nº 37

13/08/2026 CMMPV 1366/2026 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação: Adiada a reunião da Comissão para o dia 17 de agosto de 2026.

13/08/2026 CMMPV 1366/2026 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação: Convocada reunião de instalação da Comissão Mista para o dia 14 de agosto de 2026.

12/08/2026 CMMPV 1366/2026 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação: A reunião da Comissão Mista convocada para o dia 13 de agosto de 2026 foi cancelada.

12/08/2026 CMMPV 1366/2026 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Convocada reunião de instalação da Comissão Mista para o dia 13 de agosto de 2026.

TRAMITAÇÃO

11/08/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, por 60 dias. Data final após prorrogação: 9/10/2026.
Motivação: ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 72, DE 2026.

Publicado no DCN Páginas 801 - DCN nº 30

17/07/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Prazo do regime de urgência alterado para 27/7/2026 e prazo para deliberação da Medida Provisória retificado para 10/8/2026 (a prorrogar), em virtude da não interrupção da Sessão Legislativa, pela não aprovação do PLDO, nos termos do § 2º do art. 57, combinado com o § 4º do art. 62, ambos da Constituição Federal de 1988.

19/06/2026 CMMPV 1366/2026 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 14 emendas à Medida Provisória de autoria dos seguintes Parlamentares: Senador Dr. Hiran (PP/RR) 001; Senador Esperidião Amin (PP/SC) 002; Deputado Federal Beto Preto (PSD/PR) 003, 004, 005; Deputado Federal Samuel Viana (UNIÃO/MG) 006, 007, 008, 009, 010, 011; Deputada Federal Bia Kicis (PL/DF) 012; Deputado Federal Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF) 013; Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) 014.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 25/06/2026.

Publicado no DCN Páginas 247-297 - DCN nº 23

17/06/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: Designada, em 17 de junho de 2026, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.
A composição da Comissão Mista será publicada no Diário do Congresso Nacional de 18/06/2026 e na Ordem do Dia do Congresso Nacional. O calendário de tramitação da Medida Provisória está publicado na página de tramitação da matéria.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados (§7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN).

12/06/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO MEMBROS COMISSÃO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 12/06/2026 a 10/08/2026
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 12/06/2026 a 18/06/2026 (Res. 1/2002-CN)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 27/07/2026 (46º dia)

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/03/2012)

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 18/06/2026.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

12/06/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 12/06/2026, Edição Extra A, na página 1, a Medida Provisória 1366/2026.

Publicado no DOU Páginas 1 Edição Extra (nº A)

DOCUMENTOS

MPV 1366/2026

Data: 12/06/2026

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe; a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - FIIS; a Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Calendário

Data: 12/06/2026

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 12/06/2026 a 10/08/2026
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 12/06/2026 a 18/06/2026 (Res. 1/2002-CN)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 27/07/2026 (46º dia)

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/03/2012)

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 18/06/2026.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Avulso inicial da matéria

Data: 12/06/2026

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 12/06/2026, Edição Extra A, na página 1, a Medida Provisória 1366/2026.

Descrição/Ementa: -

Quadro Comparativo

Data: 12/06/2026

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 12/06/2026, Edição Extra A, na página 1, a Medida Provisória 1366/2026.

Descrição/Ementa: Comparação entre o texto original da MPV e a legislação alterada.

EMENDA 1 - MPV 1366/2026

Data: 15/06/2026

Autor: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Emenda à MPV 1366/2026 - Desclassificação do crédito rural somente após o trânsito em julgado dos recursos administrativos

EMENDA 2 - MPV 1366/2026

Data: 17/06/2026

Autor: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Emenda ao MPV 1366_2026 - Resguarda recursos não utilizados do Pronampe

EMENDA 3 - MPV 1366/2026

Data: 17/06/2026

Autor: Deputado Federal Beto Preto (PSD/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe; a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - FIIS; a Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

EMENDA 4 - MPV 1366/2026

Data: 17/06/2026

Autor: Deputado Federal Beto Preto (PSD/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe; a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - FIIS; a Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

EMENDA 5 - MPV 1366/2026

Data: 17/06/2026

Autor: Deputado Federal Beto Preto (PSD/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe; a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - FIIS; a Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Ofício

Data: 17/06/2026

Autor: Presidente do Congresso Nacional

DOCUMENTOS

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Designada, em 17 de junho de 2026, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.
A composição da Comissão Mista será publicada no Diário do Congresso Nacional de 18/06/2026 e na Ordem do Dia do Congresso Nacional. O calendário de tramitação da Medida Provisória está publicado na página de tramitação da matéria.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados (§7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN).

Descrição/Ementa: OFÍCIO Nº 78/2026 - SLCN, que comunica à Câmara dos Deputados a designação da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória nº 1.366, de 2026.

Ofício

Data: 17/06/2026

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Designada, em 17 de junho de 2026, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.
A composição da Comissão Mista será publicada no Diário do Congresso Nacional de 18/06/2026 e na Ordem do Dia do Congresso Nacional. O calendário de tramitação da Medida Provisória está publicado na página de tramitação da matéria.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados (§7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN).

Descrição/Ementa: OFÍCIO Nº 78/2026 - SLCN, que comunica à Câmara dos Deputados a designação da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória nº 1.366, de 2026.

Ofício

Data: 17/06/2026

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: OFÍCIO Nº 78/2026 - SLCN, que comunica à Câmara dos Deputados a designação da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória nº 1.366, de 2026.

Nota Técnica

Data: 18/06/2026

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira da MPV 1366/2026

EMENDA 6 - MPV 1366/2026

Data: 18/06/2026

Autor: Deputado Federal Samuel Viana (UNIÃO/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Acrescente-se § 12 ao art. 8º-A da Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, na forma proposta pelo art. 3º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

EMENDA 7 - MPV 1366/2026

Data: 18/06/2026

Autor: Deputado Federal Samuel Viana (UNIÃO/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Acrescente-se § 12 ao art. 8º-A da Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, na forma proposta pelo art. 3º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

EMENDA 8 - MPV 1366/2026

DOCUMENTOS

Data: 18/06/2026

Autor: Deputado Federal Samuel Viana (UNIÃO/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Acrescente-se § 12 ao art. 8º-A da Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, na forma proposta pelo art. 3º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

EMENDA 9 - MPV 1366/2026

Data: 18/06/2026

Autor: Deputado Federal Samuel Viana (UNIÃO/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Dê-se nova redação ao parágrafo único do art. 8º da Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, como proposto pelo art. 3º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

EMENDA 10 - MPV 1366/2026

Data: 18/06/2026

Autor: Deputado Federal Samuel Viana (UNIÃO/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Acrescente-se § 12 ao art. 8º-A da Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, na forma proposta pelo art. 3º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

EMENDA 11 - MPV 1366/2026

Data: 18/06/2026

Autor: Deputado Federal Samuel Viana (UNIÃO/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Acrescente-se § 12 ao art. 8º-A da Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, na forma proposta pelo art. 3º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

EMENDA 12 - MPV 1366/2026

Data: 18/06/2026

Autor: Deputada Federal Bia Kicis (PL/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe; a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - FIIS; a Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

EMENDA 13 - MPV 1366/2026

Data: 18/06/2026

Autor: Deputado Federal Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe; a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - FIIS; a Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de

DOCUMENTOS

financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

EMENDA 14 - MPV 1366/2026

Data: 18/06/2026

Autor: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Descrição/Ementa: Emenda à MPV 1366_2026 - veículos pcd para profissionais de transporte remunerado

Avulso de emendas

Data: 19/06/2026

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 14 emendas à Medida Provisória de autoria dos seguintes Parlamentares: Senador Dr. Hiran (PP/RR) 001; Senador Esperidião Amin (PP/SC) 002; Deputado Federal Beto Preto (PSD/PR) 003, 004, 005; Deputado Federal Samuel Viana (UNIÃO/MG) 006, 007, 008, 009, 010, 011; Deputada Federal Bia Kicis (PL/DF) 012; Deputado Federal Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF) 013; Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) 014.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 25/06/2026.

Descrição/Ementa: -

ATCN 72/2026

Data: 03/08/2026

Autor: Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1366/2026, pelo período de sessenta dias.

Ofício

Data: 17/08/2026

Autor: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação Legislativa: Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista.
A Comissão é instalada, sendo eleita a Senadora Leila Barros para Presidente e designada a Deputada Amanda Gentil como Relatora.
Aprovada a ata da 1ª Reunião.
Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional o Ofício nº 001/MPV1366-2026, comunicando o resultado da 1ª Reunião.

Descrição/Ementa: Ofício de Comunicação da Instalação e Eleição da MPV 1366 de 2026.

Listagem ou relatório

Data: 17/08/2026

Autor: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação Legislativa: Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista.
A Comissão é instalada, sendo eleita a Senadora Leila Barros para Presidente e designada a Deputada Amanda Gentil como Relatora.
Aprovada a ata da 1ª Reunião.
Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional o Ofício nº 001/MPV1366-2026, comunicando o resultado da 1ª Reunião.

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 1ª Reunião CMMPV 1366/2026

DOCUMENTOS

Ata

Data: 17/08/2026

Autor: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação Legislativa: Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista.
A Comissão é instalada, sendo eleita a Senadora Leila Barros para Presidente e designada a Deputada Amanda Gentil como Relatora.
Aprovada a ata da 1ª Reunião.
Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional o Ofício nº 001/MPV1366-2026, comunicando o resultado da 1ª Reunião.

Descrição/Ementa: Ata-Conteúdo Legislativo referente ao registro de sessão plenária ou reunião de colegiado da reunião da 1ª Reunião CMMPV 1366/2026

Relatório Legislativo

Data: 28/08/2026

Autor: Deputada Federal Amanda Gentil (PP/MA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação Legislativa: Recebido o relatório da Deputada Federal Amanda Gentil.

Descrição/Ementa: Relatório à MPV nº 1366/2026

Relatório Legislativo

Data: 28/08/2026

Autor: Deputada Federal Amanda Gentil (PP/MA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação Legislativa: Recebido novo relatório da Deputada Federal Amanda Gentil.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1366, DE 2026, sobre a Medida Provisória n° 1366, de 2026, que Altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe; a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - FIIS; a Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Listagem ou relatório

Data: 28/08/2026

Autor: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação Legislativa: Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista.
Aprovado o Relatório da Deputada Amanda Gentil, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.366, de 2026; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva da Emenda nº 1, a qual considera-se inconstitucional; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista: pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14; e pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 2, 4 e 11; no mérito: pela aprovação da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e das Emendas nºs 3, 5, 8, 9, 13 e 14, acolhidas parcialmente ou integralmente, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 6, 7, 10, 11 e 12.
Aprovada a ata da 2ª Reunião.

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 2ª Reunião CMMPV 1366/2026

DOCUMENTOS

Texto final da Comissão - PLV

Data: 28/08/2026

Autor: Comissão

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação Legislativa: Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista.
Aprovado o Relatório da Deputada Amanda Gentil, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.366, de 2026; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva da Emenda nº 1, a qual considera-se inconstitucional; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista: pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14; e pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 2, 4 e 11; no mérito: pela aprovação da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e das Emendas nºs 3, 5, 8, 9, 13 e 14, acolhidas parcialmente ou integralmente, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 6, 7, 10, 11 e 12.
Aprovada a ata da 2ª Reunião.

Ata

Data: 28/08/2026

Autor: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação Legislativa: Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista.
Aprovado o Relatório da Deputada Amanda Gentil, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.366, de 2026; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva da Emenda nº 1, a qual considera-se inconstitucional; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista: pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14; e pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 2, 4 e 11; no mérito: pela aprovação da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e das Emendas nºs 3, 5, 8, 9, 13 e 14, acolhidas parcialmente ou integralmente, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 6, 7, 10, 11 e 12.
Aprovada a ata da 2ª Reunião.

Descrição/Ementa: Ata-Conteúdo Legislativo referente ao registro de sessão plenária ou reunião de colegiado da reunião da 2ª Reunião CMMPV 1366/2026

OFCN 180/2026

Data: 28/08/2026

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 180, de 2026, encaminhando a Medida Provisória nº 1.366, de 2026, ao Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32. À Medida foram oferecidas 14 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2026 (CMMPV nº 1.366, de 2026), que conclui pelo PLV nº 10, de 2026.
À CD.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados a Medida Provisória n° 1366, de 2026.

PAR 1/2026

Data: 28/08/2026

Autor: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1366, de 2026

Ação Legislativa: Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista.
Aprovado o Relatório da Deputada Amanda Gentil, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.366, de 2026; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e das emendas a ela

DOCUMENTOS

apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva da Emenda nº 1, a qual considera-se inconstitucional; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista: pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14; e pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 2, 4 e 11; no mérito: pela aprovação da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e das Emendas nºs 3, 5, 8, 9, 13 e 14, acolhidas parcialmente ou integralmente, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 6, 7, 10, 11 e 12.
Aprovada a ata da 2ª Reunião.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1366, DE 2026, sobre a Medida Provisória n° 1366, de 2026, que Altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe; a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - FIIS; a Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Quadro Comparativo

Data: 28/08/2026

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Será feita a publicação, no Diário do Congresso Nacional de 3/9/2026, do Parecer nº 1, de 2026, da Comissão Mista destinada a apreciar a presente Medida Provisória, que concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 10/2026.
À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Comparação entre o texto da MPV nº 1366/2026 e o Projeto de Lei de Conversão nº 10/2026 (apresentado na Comissão Mista).

Autógrafo aprovado na

Data: 01/09/2026

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Destina recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte escolar, profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social ou econômica; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Pronampe, a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito - PEAC, e a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social – FIIS.

Avulso de PLV

Data: 01/09/2026

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Aguardando leitura no Senado Federal.

Descrição/Ementa: -

P.S 181/2026 - PLEN

DOCUMENTOS

Data: 01/09/2026

Autor: Comissão Diretora do Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 01/09/2026)
Encaminhado à publicação o Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2026 (PLV nº 10/2026).
O Senador Giordano, Relator Revisor, apresenta adequação redacional.
Discussão encerrada.
Aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária; pertinência temática da matéria e, no mérito, aprovado o PLV nº 10/2026, com a adequação redacional, ficando prejudicadas a medida provisória e as demais emendas apresentadas.
Encaminhado à publicação o Parecer n° 181, de 2026 – PLEN/SF, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final.
Encerrada a discussão.
Aprovada a redação final.
A matéria vai à sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Parecer nº 181, de 2026-PLEN/SF, da Comissão Diretora - Redação final.

Minuta

Data: 03/09/2026

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexado o texto revisado.

MPCN 58/2026

Data: 04/09/2026

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido pela Casa Civil, em 04/09/2026 às 19:17:29, Ofício CN nº 186, de 2026, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pelo qual se encaminhou a Mensagem CN nº 58, de 2026, ao Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafo do Projeto. Recebido no destino em 04/09/2026 às 19:17:29.

Descrição/Ementa: Encaminha à sanção o Projeto de Lei de Conversão n° 10, de 2026 (Medida Provisória n° 1366, de 2026).

OFCN 186/2026

Data: 04/09/2026

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido pela Casa Civil, em 04/09/2026 às 19:17:29, Ofício CN nº 186, de 2026, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pelo qual se encaminhou a Mensagem CN nº 58, de 2026, ao Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafo do Projeto. Recebido no destino em 04/09/2026 às 19:17:29.

Descrição/Ementa: Encaminha a Mensagem da Presidência do Senado Federal submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão n° 10 , de 2026 (Medida Provisória n°1366, de 2026).

Autógrafo - PLV 10/2026

Data: 04/09/2026

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Recebido pela Casa Civil, em 04/09/2026 às 19:17:29, Ofício CN nº 186, de 2026, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pelo qual se encaminhou a Mensagem CN nº 58, de 2026, ao Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafo do Projeto. Recebido no destino em 04/09/2026 às 19:17:29.

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Pronampe; a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, que dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social - FIIS; a Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

OFCN 185/2026

Data: 08/09/2026

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 185, 2026, ao Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o encaminhamento à Presidência da República do Projeto de Lei de Conversão n° 10, de 2026 (Medida Provisória n° 1366, de 2026).

MSG 750/2026 - Presidência

Data: 16/09/2026

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Restitui o autógrafo do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2026 (Medida Provisória nº 1.366, de 12 de junho de 2026), sancionado e convertido na Lei nº 15.503, de 14 de setembro de 2026.

OF. 833/2026 - Casa Civil

Data: 16/09/2026

Autor: Casa Civil

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Comunica a restituição do autógrafo sancionado e a Lei nº 15.503, de 14 de setembro de 2026, promulgada.

Autógrafo restituído após

Data: 16/09/2026

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Autógrafo restituído pela Presidência da República ao Senado Federal após sanção.

OFCN 203/2026

Data: 16/09/2026

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 203, de 2026, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando, para os devidos fins, que a Presidência da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem n° 750, de 2026, na origem, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão n° 10, de 2026 oriundo da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, sancionado e transformado na Lei nº 15.503, de 14 de setembro de 2026.

À COARQ.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o recebimento do autógrafo sancionado do Projeto de Lei de Conversão n° 10, de 2026

DOCUMENTOS

(Medida Provisória n° 1366, de 2026).